

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nos itens constituídos pela estrutura **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: ... seguida de **ASSERTIVA**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Os itens desta prova devem ser julgados exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação Profissional, deixando de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

PROVA OBJETIVA

Julgue os itens que se seguem, relativos a ética e condução profissional; Estado, governo e administração pública; agências reguladoras.

- 1 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: Ao ser convocado para compor procedimento de investigação instaurado pela Comissão de Ética da ANTAQ, João descobriu que já se envolvera em discussão com o denunciado nesse processo, tendo inclusive registrado ocorrência contra ele na delegacia de polícia por agressão física. **ASSERTIVA**: Nesse caso, João deverá declarar-se absolutamente impedido de atuar no procedimento de investigação do referido denunciado.
- 2 A partir do conceito de Estado regulador, pressupõe-se que a maior parte das atividades no setor de bens e serviços deva ser controlada pelo Estado.
- 3 A partir do conceito de Estado provedor, pressupõe-se que o Estado deva proteger e apoiar os integrantes da sociedade, como uma mão invisível, conforme a expressão de Adam Smith.
- 4 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA**: Um servidor da ANTAQ participou de um congresso como palestrante em cidade diferente da que trabalha. Para que fosse possível sua participação, o servidor recebeu auxílio financeiro do promotor do evento para pagamento de passagens, estada e alimentação. **ASSERTIVA**: Nessa situação, em respeito ao Código de Ética da ANTAQ, o servidor deverá tornar pública a remuneração recebida para custeio da viagem.

No que diz respeito à fiscalização e ao controle das agências reguladoras realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), julgue o item a seguir.

- 5 O TCU exerce fiscalização sobre as licitações para aquisição de material e serviços internos da ANTAQ e aprecia a efetividade da regulação realizada no que tange aos assuntos aquaviários.

Com referência à regulação de portos e ao conceito de adequação na prestação de serviços públicos, julgue os itens 6 e 7.

- 6 Para desempenhar suas atividades, um operador portuário não depende de expedição de autorização emitida pela ANTAQ, embora esteja sujeito à fiscalização da agência.

- 7 Na legislação relativa às atividades da ANTAQ, que estabelece os atributos para que a prestação de serviços seja considerada adequada, são definidos cada um desses atributos e determinados os parâmetros a serem acatados pela agência.

Acerca dos modelos de regulação utilizados na concessão de serviços públicos, julgue os itens subsecutivos.

- 8 No atual cenário portuário brasileiro, os modelos de regulação econômica concebidos para corrigir falhas de mercado em decorrência da possível configuração de monopólio tornam-se pouco relevantes, tanto por inexistir concessão portuária quanto pelas características inerentes ao instituto da autorização.
- 9 Na regulação pelo custo do serviço, a estipulação, pelo regulador, de uma taxa de retorno mais atrativa que a praticada pelo mercado pode conduzir ao chamado efeito Averch-Johnson, no qual as firmas são estimuladas a ampliar de forma excessiva a acumulação de capital com vistas à ampliação de seus lucros.
- 10 No método do preço-teto, a definição do fator de eficiência em patamar muito elevado pode resultar em preços insuficientes para cobrir os custos do concessionário, o que impõe riscos ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.
- 11 Quanto menor for o número de concorrentes aptos a prestar um serviço e quanto maiores forem os custos afundados, mais eficaz será a regulação por contrato.

No que diz respeito a preço e tarifa no âmbito do serviço portuário, julgue os itens subsequentes.

- 12 A tarifa cobrada por concessionário de porto organizado, no caso de concessão integral, incorpora parcela referente ao lucro, conforme as condições estabelecidas no contrato de concessão.
- 13 O arrendatário de áreas de porto organizado poderá atuar em nome da autoridade portuária e, nessa condição, deverá cobrar tarifa portuária pelos serviços prestados aos clientes e usuários.

Com relação às metodologias de análise do impacto regulatório, julgue os seguintes itens.

- 14 A análise de custo-efetividade é recomendada para casos em que há necessidade de regulação, com o objetivo de buscar, entre as possíveis alternativas regulatórias, aquelas de menor custo.
- 15 A análise de custo-benefício é recomendada quando houver clareza quanto aos benefícios da regulação, mas a efetividade das diferentes hipóteses de regulação em alcançar os benefícios esperados, em relação aos custos envolvidos, for incerta.

Com referência à arbitragem, forma de resolução de conflitos extrajudiciais também utilizada pelas agências reguladoras, julgue os itens que seguem.

- 16 A atuação das agências reguladoras como mediadoras, árbitras ou conciliadoras, na função da administração pública, exclui, em relação às sentenças proferidas, a possibilidade de recurso ao Poder Judiciário.
- 17 Com a promulgação da Lei da Arbitragem, as decisões arbitrais no âmbito doméstico passaram a prescindir de homologação judicial.

Acerca das práticas regulatórias e de sua contribuição para o aprimoramento da governança das agências reguladoras, julgue os itens subsecutivos.

- 18 Por meio de reuniões públicas da diretoria da ANTAQ, a sociedade pode participar das decisões dessa agência, assim como das audiências e consultas públicas, cujos aspectos operacionais são estabelecidos em nível infralegal.
- 19 A adoção da análise de impacto regulatório é prática disseminada entre as agências reguladoras brasileiras, em observância aos princípios estabelecidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- 20 O estabelecimento de regras que restrinjam a possibilidade de recrutamento de ex-dirigentes por empresas dos setores regulados insere-se na dimensão de governança relacionada à autonomia das agências reguladoras, ao contribuir para a redução dos riscos relacionados à captura regulatória.

Julgue os itens a seguir, referentes ao serviço de praticagem realizado em operações portuárias.

- 21 A verificação da quantidade de rebocadores, da função do vento, da maré, do navio e da carga é atribuição do serviço de praticagem.
- 22 O serviço de praticagem é prestado exclusivamente por oficiais da marinha mercante que tenham experiência nas restrições a acesso, manobras e atracação do porto.

No que se refere à outorga para município administrar e explorar porto local mediante convênio, julgue os itens que se seguem.

- 23 A ANTAQ atuará como poder concedente nos casos de outorga a municípios para a administração e exploração de portos.
- 24 Em convênio com municípios, a outorga deve ser realizada por delegação.

No que se refere ao molhe, elemento utilizado em portos marítimos para que se garanta a segurança das embarcações, e às vias de acesso marítimo, julgue os próximos itens.

- 25 Nos portos, barra — área fronteira às instalações de acostagem — é um local reservado para a atracação e desatracação de navios.
- 26 O molhe é um enrocamento que se distingue do quebra-mar por apresentar ligação com a terra firme em uma de suas extremidades.

Tendo em vista que, em geral, os portos possuem uma administração centralizada, denominada autoridade portuária, responsável pelo planejamento e desenvolvimento do porto, julgue os itens subseqüentes.

- 27 Cabe à autoridade portuária promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, desde que as alterações sejam comunicadas à ANTAQ em até quinze dias antes de sua implementação.
- 28 É obrigação da autoridade portuária promover a remoção de embarcações que estejam prejudicando o acesso ao porto.
- 29 É atribuição da autoridade portuária conceder autorização para prestação de serviço de apoio marítimo em porto sob sua jurisdição.
- 30 Compete à autoridade portuária realizar a pré-qualificação dos operadores portuários, conforme as normas estabelecidas pelo poder concedente.

Com relação ao marco regulatório portuário, julgue os itens subsecutivos.

- 31 O operador portuário, mesmo que não possua título de outorga expedido pela ANTAQ, deve cumprir as exigências estabelecidas em norma por essa agência.
- 32 O arrendatário não poderá exercer a função de operador portuário, razão por que deverá, necessariamente, contratar um operador independente para a realização das movimentações de carga e de passageiros.

Julgue os itens que se seguem, referentes aos procedimentos licitatórios para arrendamento de instalações portuárias localizadas em portos organizados.

- 33 No processo licitatório para arrendamento de instalações portuárias, a habilitação da licitante ocorre após o julgamento das propostas e antes da fase recursal.
- 34 Para o arrendamento de instalações portuárias, adota-se, entre outras modalidades de licitação, o regime diferenciado de contratação.

Com relação aos processos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento, julgue os itens subsequentes.

- 35 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Devido a alterações macroeconômicas, o arrendatário de determinadas instalações portuárias requereu ao poder concedente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de arrendamento por meio da combinação de aumento dos valores financeiros previstos no contrato e do pagamento de indenização. **ASSERTIVA:** Nesse caso, o poder concedente deve indeferir a solicitação do arrendatário, pois as normas pertinentes da ANTAQ vedam a adoção de meios combinados de recomposição do referido equilíbrio.
- 36 O meio preferencial de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro é o pagamento de indenização.

A respeito da matriz de risco padrão para contratos de arrendamento, julgue os itens seguintes.

- 37 Entre os riscos referentes ao poder concedente está o atraso na disponibilização da área do arrendamento.
- 38 Entre os riscos relativos ao poder arrendatário estão a recusa de usuários em pagar pelos serviços e a inflação.

Com relação à evolução da marinha mercante e da construção naval no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

- 39 A lei que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário contribuiu para a diminuição de entraves ao afretamento, inclusive para embarcações estrangeiras; aumentou a participação dos *outsiders* estrangeiros nas linhas mais rentáveis; alavancou a construção naval; e liberou a navegação de cabotagem e de apoio portuário e marítimo para embarcações estrangeiras.
- 40 A Comissão de Marinha Mercante foi criada durante o Estado Novo com a finalidade de controlar o frete, distribuir as linhas entre as empresas, conceder subvenções e supervisionar as condições de aquisição, de venda e de afretamento de embarcações no Brasil.
- 41 A criação da Taxa de Renovação da Marinha Mercante, além do Fundo da Marinha Mercante, cujos recursos estariam dedicados basicamente a financiar e a subsidiar a aquisição de embarcações fabricadas no Brasil ou no exterior por armadores nacionais, foi um marco para a marinha mercante brasileira.
- 42 A adoção, pelo governo brasileiro, de medidas protecionistas e de planos de construção naval financiados por recursos do Fundo da Marinha Mercante contribuiu para que, ao longo da década de 70, houvesse considerável aumento da participação da bandeira nacional no longo curso, com repercussão positiva no balanço de pagamentos do Brasil.

Acerca do panorama atual da marinha mercante brasileira e da construção naval no país, julgue os itens a seguir.

- 43 Apesar de a navegação de longo curso ser aberta às empresas de navegação e às embarcações de todos os países, há um predomínio das empresas brasileiras de navegação nesse mercado, com destaque para o transporte de cargas em contêineres.
- 44 Entre os fatores que restringem a expansão da navegação de cabotagem estão a baixa oferta de transportes, decorrente da insuficiência de frota; os custos elevados de combustíveis; e a pressão exercida por empresas estrangeiras, que levam vantagem por não pagar impostos sobre o combustível consumido.
- 45 O Plano Nacional de Logística de Transportes, cujo objetivo é retomar o planejamento de longo prazo da infraestrutura de transportes em uma perspectiva multimodal, tem direcionado os investimentos governamentais no setor e contribuído para a redução do desequilíbrio da matriz de transportes por meio da participação, cada vez mais expressiva, do modal aquaviário.

Julgue os seguintes itens, relativos à outorga para navegação marítima e aos tipos de navegação.

- 46 Empresas brasileiras autorizadas a funcionar na navegação de apoio portuário devem operar obrigatoriamente em atividades de apoio portuário, excluindo-se dessas atividades aquelas relacionadas ao transporte de passageiros e cargas na área do porto, à coleta de resíduos e ao abastecimento de água potável e de combustíveis.
- 47 Assistência é o conjunto de movimentos executados por um ou mais rebocadores portuários na condução de um navio que, por qualquer motivo, não utilize suas máquinas propulsoras.
- 48 A navegação de apoio marítimo é realizada para o apoio logístico a embarcações e instalações em águas territoriais nacionais e na zona econômica, que atuem nas atividades de pesquisa e lavra de minerais e hidrocarbonetos.
- 49 Em relação aos requisitos técnicos para a outorga, a pessoa jurídica interessada em operar como empresa brasileira de navegação deve possuir pelo menos uma embarcação inscrita no registro de propriedade marítima, em tráfego, que opere comercialmente, ou, como alternativa, possuir uma embarcação afretada a casco nu, com contrato superior a um ano.

Acerca de navegação interior e das atribuições da ANTAQ relacionadas a esse tipo de navegação, julgue os itens subsequentes.

- 50 As atribuições da ANTAQ relacionadas ao tema de navegação interior podem ser divididas em grupos de outorga, de regulação e de fiscalização.
- 51 A prestação de serviços de transporte de navegação por parte dos estados ou municípios, especialmente em travessias, poderá ser autorizada pela ANTAQ, desde que esses serviços sejam prestados diretamente pelo ente federado, por meio de agência, secretaria ou autarquia específica, as quais deverão dispor de equipamento e de pessoal qualificado para atender aos requisitos de segurança da navegação.
- 52 Compete à ANTAQ autorizar a prestação de serviços de transporte aquaviário na navegação interior de percurso longitudinal, realizada em hidrovias interiores de percurso intermunicipal, interestadual ou internacional, bem como na navegação de travessia cujo percurso esteja inserido na área de abrangência dos sistemas rodoviário ou ferroviário federal, estadual ou distrital.
- 53 A navegação realizada em faixa de fronteira estará no âmbito de competência da ANTAQ se for realizada em faixa de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres.
- 54 As atribuições da ANTAQ incluem propor ao Ministério dos Transportes o plano geral de outorgas de exploração da infraestrutura aquaviária e de prestação de serviços de transporte aquaviário, bem como promover estudos aplicados às definições de tarifas, preços e fretes, em confronto com os custos e os benefícios econômicos transferidos aos usuários pelos investimentos realizados.

Julgue os itens que se seguem, relativos às exigências para prestação de serviços de transporte na navegação interior.

- 55 A autorização para prestação de serviços de transporte aquaviário de cargas na navegação interior de percurso longitudinal é concedida por região hidrográfica e por tempo indeterminado.
- 56 Empresas que desejem realizar o transporte a granel de produtos como petróleo e seus derivados, gás natural, álcool anidro ou hidratado, ou, ainda, misturas de óleo diesel e de biodiesel deverão obter autorização da ANTAQ e da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- 57 Para a obtenção de autorização para a prestação de serviço de navegação interior, a empresa de navegação deverá ser proprietária de pelo menos uma embarcação autopropulsada ou conjunto empurrador-barcaça, de bandeira brasileira, fretada ou não a terceiros, ou ter contrato de afretamento a casco nu, com suspensão de bandeira, por tempo ou viagem, de pelo menos uma embarcação autopropulsada ou conjunto de empurrador-barcaça, adequados à navegação pretendida e em condições de operação, por prazo igual ou superior a um ano.
- 58 A autorização para serviço de navegação interior fornecida pela ANTAQ para a obtenção de financiamento de recursos do Fundo da Marinha Mercante permite que a empresa afrete a embarcação logo após a concessão do financiamento, desde que a construção da embarcação seja adequada à navegação pretendida.

No que se refere à competência de fiscalização da ANTAQ, julgue os itens a seguir.

- 59 A fiscalização da prestação de serviço ofertado pelas embarcações de passageiros que realizam cruzeiros é de competência da ANTAQ e do Ministério do Turismo, sendo este o órgão responsável por designar os agentes fiscais de turismo que realizarão essa fiscalização.
- 60 Se, após denúncia anônima, a ANTAQ tiver de realizar a inspeção de um terminal de uso privado, a fiscalização deverá ser feita de forma concorrente com a autoridade portuária, que tem o poder de polícia para aplicação de auto de infração e de penalidades.

Acerca dos ritos empregados para intimações de regulado infrator em comunicação de atos processuais e do termo de ajustamento de conduta (TAC), julgue os próximos itens.

- 61 A celebração de TAC é um direito do autuado que independe da discricionariedade do poder público, contudo, na hipótese de descumprimento total ou parcial do TAC, o curso do processo administrativo sancionador deverá ser retomado, devendo-se rever ou atualizar a multa prevista no instrumento.
- 62 Servidor da ANTAQ que precisar emitir intimação ao regulado infrator deverá obedecer às seguintes formalidades: o documento deverá ser feito por escrito e assinado pela autoridade competente; o envio deverá ocorrer por via postal, com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a ciência do interessado com antecedência mínima de três dias em relação à data de comparecimento, e, em caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio incerto, deverá haver publicação oficial.

Julgue os itens que se seguem, referentes à fiscalização portuária.

- 63 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** José, que é arrendatário de área de instalação portuária localizada dentro de porto organizado, impediu, deliberadamente, que outro arrendatário realizasse uma operação portuária autorizada. **ASSERTIVA:** Nessa situação, se for comprovado que a atitude de José atrasou, interrompeu ou prejudicou, de forma injustificada, a referida operação, ele deverá responder a processo administrativo e, ainda, ser penalizado com multa.
- 64 Os trabalhos das equipes da ANTAQ, no que se refere à fiscalização de infrações, são divididos em quatro grupos: grupo dos bens; grupo da segurança; grupo do serviço adequado; e grupo das estruturas portuárias.
- 65 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Durante a fiscalização de instalação portuária de porto organizado, um servidor da ANTAQ, ao cotejar a obra executada com o projeto autorizado pelo órgão em questão, constatou irregularidades. **ASSERTIVA:** Nessa situação, após reunir provas, como fotografias e laudos, que comprovem as irregularidades constatadas, o servidor deverá emitir um auto de infração em que esteja estabelecida uma multa.

Acerca das normas de fiscalização de navegação da ANTAQ, julgue os itens a seguir.

- 66 Para certificar-se da qualidade dos serviços portuários e de transporte aquaviário, bem como da exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, o servidor da ANTAQ se vale da Resolução n.º 3.259 – ANTAQ, que propugna pelas fiscalizações orientativa/preventiva e punitiva/repressiva.
- 67 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Uma empresa tradicional de transporte de travessia do rio São Francisco que realiza a rota entre Juazeiro – BA e Petrolina – PE interrompeu seus serviços por um mês para a realização de reparos em sua única embarcação, em atendimento a exigência da Agência da Capitania dos Portos. Decorridos quinze dias após essa interrupção, a empresa foi inspecionada por fiscal da ANTAQ, que, diante da falta de comunicação do fato à ANTAQ, emitiu auto de infração à regulada, impondo-lhe multa de R\$ 25.000,00. A empresa alegou que não houve prejuízo aos usuários, uma vez que outras empresas realizam o mesmo trajeto. Por fim, o fiscal decidiu manter a multa inicialmente estipulada. **ASSERTIVA:** Nessa situação, a conduta adotada pelo fiscal da ANTAQ está amparada nas normas em vigor estabelecidas pela agência.
- 68 **SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** Um fiscal da ANTAQ, ao realizar inspeção preventiva em uma empresa de transporte fluvial de passageiros que atua no trajeto, pelo rio Amazonas, entre Manaus e Tabatinga, ambas cidades do estado do Amazonas, constatou ineficiência e pouca segurança no serviço prestado pela empresa, tendo emitido, então, um auto de infração à regulada e lhe imposto uma multa. **ASSERTIVA:** Nessa situação, o fiscal atuou dentro de sua competência e conforme as normas vigentes da ANTAQ.

Julgue os seguintes itens, relativos a impactos ambientais provocados pela atividade portuária.

- 69 Conforme resolução da ANTAQ, não há restrição ao uso da água de lastro para a lavagem das superfícies internas e(ou) externas (casco) das embarcações, pois o risco de dano ambiental devido a esse procedimento é extremamente baixo.
- 70 Alterações do padrão hidrológico e da dinâmica sedimentar estão entre os principais impactos ambientais provocados pela implantação de portos.

Acerca dos processos de implantação e de licenciamento de portos novos, julgue os itens subsecutivos.

- 71 A licença de operação é dispensável no processo de implantação de portos novos.
- 72 No processo de implantação de portos novos, o empreendedor, após o cumprimento das condicionantes previstas na licença prévia, deve obter a licença de instalação junto ao órgão licenciador.

O Plano Nacional de Integração Hidroviária (PNIH), lançado em 2013, foi concebido pela ANTAQ para produzir um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e indicar áreas propícias para instalações portuárias. Com relação aos estudos no setor aquaviário, julgue os itens subsequentes.

- 73 O PNIH, referência para investimentos em hidrovias, é pautado em uma análise multicritério, em que são considerados, além do sistema físico dos rios, os aspectos socioambientais e econômicos para a delimitação de trechos hidroviários prioritários para investimentos por parte do governo federal.
- 74 Os produtos do projeto PNIH incluíram uma base de dados georreferenciada de todo sistema de transportes, um sistema de informações geográficas e a capacitação dos servidores da ANTAQ.
- 75 Entre as premissas adotadas para a realização dos estudos no setor aquaviário incluem-se os custos logísticos relativos à navegação de longo curso para a avaliação da competição entre os portos exportadores.

Julgue o item a seguir, referente ao estudo sobre a concorrência na prestação dos serviços portuários, realizado pela ANTAQ em cooperação com a Universidade de Brasília em 2012.

- 76 Os resultados obtidos nesse estudo indicam que a participação de mercado de uma parcela substancial dos portos e terminais que operam em território nacional depende de fatores como preço, eficiência na prestação de serviços, custos de transporte interno e distância para portos estrangeiros.

O sistema de informações gerenciais (SIG) é um extrator de dados desenvolvido para facilitar o acesso e disseminar as estatísticas dos portos e terminais privados. No que diz respeito aos indicadores de desempenho no SIG, julgue os itens que se seguem.

- 77 A consignação média permite que se indique, considerando-se o tipo de carga ou de mercadoria, características próprias dos navios que frequentam o porto, como, por exemplo, o comprimento.
- 78 Define-se como tempo de espera para atracação a diferença entre a data/hora de início de operação do navio e a data/hora de sua atracação.

A respeito de aspectos históricos do transporte aquaviário internacional no Brasil e da regulamentação desse transporte, julgue os próximos itens.

- 79 No Brasil, o marco inicial do transporte aquaviário internacional foi a Abertura dos Portos às Nações Amigas, que permitiu o comércio entre o país e as nações que estabeleciam boas relações com Portugal.
- 80 A Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) regulamenta o controle de entrada e saída de pessoas e veículos nas instalações portuárias em todo o mundo.